

Faxinais em Rio Azul (PR) - 1970-2011: Territorialidades em disputa¹.

Faxinais em Rio Azul (PR) - 1970-2011: Territorialities in dispute

DOI:10.34117/bjdv7n8-382

Recebimento dos originais: 07/07/2021

Aceitação para publicação: 02/08/2021

Ancelmo Schörner

Doutor em História, Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO, campus de Irati;
E-mail: ancelmo.schorner13@gmail.com

José Adilçom Campigoto

Doutor em História, Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO, campus de Irati
E-mail: jacampigoto@gmail.com

RESUMO

análise da constiuição dos faxinais a partir do conceito de território. Trata-se de pensar a territorialização do espaço faxinalense no contexto da introdução da fumicultura como uma disputa simbólica, no qual se confrontam representações, ideias e discursos que procuram reproduzir ou transformar a configuração das posições objetivas no espaço social do faxinal com criadouro comum cercado. As fontes são constituídas de textos e entrevistas recolhidas junto aos faxinalenses e cedidas aos autores.

Palavras-chave: Faxinais, Território, História, Conflitos, Terrania.

ABSTRACT

An analysis of the constiution of faxinals from the concept of territory. It is about thinking the territorialization of the faxinal space in the context of the introduction of tobacco farming as a symbolic dispute, in which representations, ideas and discourses are confronted that seek to reproduce or transform the configuration of the objective positions in the social space of the faxinal with a common enclosed pasture. The sources are made up of texts and interviews collected from the faxinalenses and provided to the authors.

Keywords: Faxinals, Territory, History, Conflicts, Terrania.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo trata de algumas modificações, permanências e disputas simbólicas ocorridas em faxinais situados no Município de Rio Azul-PR (entre eles, Porto Soares

¹ Pesquisa com financiamento do CNPQ através da chamada MCTI/CNPQ/MEC/CAPES n° 22/2014. O texto aqui reformulado é uma adaptação do original publicado nos Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional (2015) – ISSN 2318-6208, sob o título Desestruturação e desagregação de faxinais em Rio Azul (PR) -1970-2011: fumo, ‘gaúchos’ e terranias.

- também conhecido como Faxinal Santa Cruz - Rio Azul dos Soares, Invernada, Rio Azul de Cima, São João da Palmeirinha, Faxinal São Pedro, Faxinal dos Paula, Cachoeira dos Paulistas e Braço do Potinga), no período acima apontado. Embora haja referências conceituais a respeito dos faxinais do Paraná, eles são aqui concebidos como lugares em que as áreas de compácuo são cercadas² e socializadas entre os habitantes locais, sendo neste aspecto, um tipo de organização camponesa em conflito com implantação da propriedade privada de uso individual. Por conta disso, tais comunidades enfrentam massiva pressão externa, que pode modificar completamente o quadro de utilização e ocupação do espaço. Num primeiro momento, temos uma situação de conflito provocada por um conjunto de antagonistas, como os fazendeiros, chacareiros, migrantes, mineradoras, plantadores de pinus, eucaliptos e soja. Num segundo estágio, pode ocorrer sua desativação, que é quando o faxinal deixa de funcionar com pelo menos uma de suas principais características: as terras de plantar e as terras de criar.

Esses conflitos (destruição de porteiras, de mata-burros, cercos em área de criador comum, matança de animais, envenenamento de aguadas, ameaças a moradores) levaram à passagem do que chamamos de uma 'sociabilidade das cercas' para 'um regime de cercados'. A 'sociologia das cercas' é o conjunto de normas de organização internas ao faxinal e que se baseia nos princípios comunitários de direitos e de obrigações válidos para todos os moradores e que englobam o caráter coletivo e democrático das decisões, as convenções sobre as cercas de lei, a propriedade das cercas e o critério de atribuição dos responsáveis em caso de danos provocados pelas criações soltas (CHANG, 1988, p. 42). Sua tipologia contempla as cercas de lei (cercas de vão cheio com 7 palmos de altura, com tranqueiras ou palanques amarrados com arames; cercas de meio vão, com dois fios de arame farpado por cima; cercas de paus verticais com 8 palmos de altura; valos com 2 metros de largura por 2 metros de fundo; e cercas de arame farpado com no mínimo 8 fios 7 palmos de altura) (CHANG, 1988, p. 43).

Em relação ao 'regime de cercas', (MARIN, 2009, p. 215) seu principal aspecto consiste na apropriação e exploração individual de recursos naturais (bebedouros, nascentes) e na presença de algum proprietário; sua tipologia contempla cercas elétricas, cercas com palanques de pinus tratado e com 8 ou 10 fios de arame, seja farpado ou liso,

² Este dado é importante conceitualmente porque é a especificidade dos faxinais nesta região do Estado do Paraná. Pode-se falar também de faxinais com cridouro comum aberto, uso comum restrito e sem uso comum.

cercas com palanques de cimento com até 10 fios de arame (essas, geralmente, cercam grandes plantações de soja).

O embate entre estes dois modelos implica uma série de conflitos que surgem ou ganham novos contornos e significados. Os principais enfrentamentos se dão em relação à presença das grandes plantações de soja, pinus, eucaliptos, bem como às de fumo, o que implica um conjunto de ações e atitudes violentas contra os faxinalenses e seus bens. Trata-se de ameaças contra lideranças, matança e roubo de animais, violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões, bem como de disputas pelo acesso e uso de recursos naturais, interdição de espaços de circulação de animais, desmatamento e contaminação ou destruição de nascentes.

No lugar do criadouro comum e das matas típicas do faxinal (erva-mate, pinheiro, canela, guaçatunga, guabiroba, imbuia, ingazeiro, marmeleiro, louro, sapopema, miguel-pintado e arará) vão surgindo, neste caso, grandes lavouras de milho, fumo e soja, e as plantações de eucalipto e pinus. No lugar das antigas cercas de 'frechame'³ de 60, 70 lances (cada lance pode ter entre 2,5 e 3 metros de extensão), foram aparecendo cercas de arame farpado de 4 fios e, mais recentemente, as cercas elétricas (as cercas de choque). Os mata-burros deixaram de fazer sentido e em seu lugar surgem as porteiras, que podem ser consideradas como símbolos da propriedade privada da terra. Hoje, em alguns destas localidades, não se vê mais animais à solta, presos que estão em mangueirões, poteiros ou chiqueiros.

Assim, ao longo desses últimos anos, os faxinalenses produziram, e produzem, um processo de territorialização que experimenta mudanças devido à existência de condições limitantes à sua existência, aos modos de produzir e de organizar a vida social.

A luta pela apropriação social da natureza não consiste na disputa por espaço meramente físico, livre de qualquer sentido.

O conflito se estabelece em torno de espaços preenchidos por diferentes significações culturais, ou seja, em torno de *territórios*. O emprego do conceito de território pretende enfatizar que o objeto de análise exige investigar menos a relação sociedade-natureza, sendo esta pensada como uma apropriação de um sujeito exterior sobre uma parcela de matéria transformada em valor de uso, e mais a relação sociedade-sociedade, interrogando especificamente os conflitos decorrentes da produção de sentidos sociais concorrentes (Teixeira, 2011, p. 129, grifo no original).

³ Pedacos de madeira trançados de forma a formar uma cerca.

Trata-se, então, de perceber as relações de poder, na constituição do espaço, processos que engendram embates travados em duas instâncias: a social, caracterizada pela distribuição diferencial dos capitais entre os agentes, conformando, assim, um conjunto de posições estruturadas; e a simbólica, no qual se confrontam representações, ideias e discursos que procuram reproduzir ou transformar a configuração das posições objetivas no espaço social (TEIXEIRA, 2011, p. 128). Nosso enfoque será basicamente nesta segunda modalidade de lutas e disputas.

Aqui, partimos do princípio de que as dinâmicas políticas e culturais desencadeadas a partir dos conflitos com os antagonistas produzem novos significados para os territórios e para os grupos que os habitam. Percebemos, então que a parcela mobilizada dos faxinalenses, diante da possibilidade de usurpação de suas terras, atualizam e fazem emergir discursos de valorização de seu território, de composição de uma identidade política, de resgate e recriação de sua memória. Ao longo desse confronto, o próprio sentido do termo “faxinalense” é mobilizado e atualizado, “representando uma esfera coletiva de existência através do esforço conjunto de defesa, uso, ocupação, manutenção e identificação com o seu território” (Teixeira, 2011, p. 130). Assim, parte-se do princípio de que o território como, mediação espacial das relações do poder em suas múltiplas escalas e dimensões, se define por um jogo ambivalente e contraditório entre desigualdades sociais e diferenças culturais, se realizando de maneira concreta e simbólica, sendo, ao mesmo tempo, vivido, concebido e representado de maneira funcional e/ou expressiva pelos indivíduos ou grupos.

2 BREVES PALAVRAS A RESPEITO DOS FAXINAIS

O termo faxinal, malgrado sua polissemia, é usado para designar um modo de utilização das terras em comum existente no Sul do Brasil implicando o criatório comum cercado, implica certa região das matas de araucária no Estado do Paraná. Neste caso, constitui-se como acontecimento singular por causa de seu especto organizacional, onde o caráter coletivo se expressa na forma do uso coletivo das pastagens (terras de criar) prerrogativa que poder ser estendida para pessoas que não são as proprietárias de terra, mas viem no faxinal.

Afirma-se, sem base documental, que essa forma de organização da vida no campo chegou a ser predominante em cerca de um quinto do território paranaense, mas

atualmente, fala-se de um número bem menor⁴ de municípios que ainda possuem faxinais ativos. Entre eles “estão Prudentópolis, Irati, Turvo, Pinhão, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins, Ponta Grossa, Ipiranga, São Mateus do Sul, Antônio Olinto, Mandirituba e Quitandinha” (MARQUES, 2004, p. 10ss).

Conforme o Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná, em 2004 apenas 44 Faxinais mantinham sua organização social típica (terras de criar e terras de plantar) e a paisagem de matas de araucária; 56 estavam desativados, mas preservam a paisagem de florestas nativas; 52 eram extintos, uma vez que perderam totalmente suas características originais. Estes números vinculam-se a uma trama que envolve a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Temos, a partir disso, um conjunto de enunciados sobre a ruína, o desmantelamento e a desagregação dos faxinais. Tal discurso sustenta-se em afirmações que fazem sentido, mas que geralmente não são referenciadas, mas tornam o faxinal um símbolo de comunidade em extinção. Trata-se de ditos mais ou menos comuns tais como aquele de que, “antigamente, cerca de um quinto do território estadual era ocupado em sistema de faxinal”.

Contudo, com advento de novas formas organizativas, que incorporaram inúmeras reivindicações de direitos territoriais, tem sido possível aos faxinalenses criar um movimento social próprio, denominado APF (Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses) e reivindicar a ampliação de sua identidade coletiva. Em virtude desta estratégia de aplicação do conceito de faxinal as estimativas têm variado sensivelmente e apresentado uma elevação numérica dos chamados faxinais. Hoje, de acordo com o conceito usado por Souza (2009, p. 30, 67 e 120), eles somam 227 e estão classificados nas posições 1 (faxinal uso comum – “criador comum aberto”); 2 (faxinal uso comum – “criador comum cercado”); 3 (faxinal uso comum restrito – “criador com criação grossa/alta”); e 4 (faxinal sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros”).

No município de Rio Azul são sete as localidades (Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mellos, Taquari, Invernada, Porto Soares, Rio Azul dos Soares e Vila Nova) que foram mapeadas⁵ pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses como

⁴ Um quinto dos municípios do Estado. Com base nos dados do IBGE, atualmente, este número seria arredondado para 80 unidades municipais. Marques (2004, p. 10ss) apresenta 16, na atualidade, o que representaria uma queda de quase 60.

⁵ Contudo, há uma série de Faxinais que não foram mapeados e que estão em alguma das 4 caracterizações feitas por Souza (2009). São eles: Palmeirinha, Rio Azul de Cima, Faxinal dos Paula, Marumbi dos Elias, Braço do Potinga, Faxinal dos Lima, Faxinal São Pedro e Cachoeira dos Paulistas

faxinais, sejam em atividade e funcionado com pelo menos duas de suas características básicas: as terras de criar e as terras de plantar, ou que já estão desativados. Nesses faxinais vivem 496 famílias em constantes confrontos com o agronegócio e o poder público, além de conflitos internos. Os principais pontos de tensão dizem respeito à presença das grandes plantações de soja, pinus, eucaliptos, bem como as de fumo.

As abordagens consideradas clássicas acerca de sua gênese e desagregação, que entraram em voga nos anos 1980, partem de uma lógica evolucionista, ou seja, buscam determinar as origens dos faxinais e as causas que levam, segundo tais autores, “ao seu inevitável desmantelamento”. Entre os principais expoentes destas abordagens temos Chang (1985) e Carvalho (1984).

Segundo eles, a instituição de formas mais modernas de agricultura continuada e de caráter irreversível seria a principal causa de desmantelamento de muitos faxinais, que segundo Carvalho, estariam fadados ao desaparecimento por completo caso não fossem tomadas medidas para reverter a situação. O que se pode perceber, na obra deste autor, é que as categorias analíticas usadas para interpretar o faxinal levam em conta principalmente os aspectos econômicos e fundiários, descrevendo-os desde sua gênese, passando pela consolidação e chegando à sua eminente desagregação, como produtos de forças externas.

A obra de Chang (1988) se tornou uma das principais referências sobre o assunto, apesar de apresentar certos limites interpretativos colocando os faxinais como “sistema produtivo” e inserindo-os nos ciclos econômicos paranaenses, isto é, implicando uma espécie de narrativa pouco fundada em documentos. Uma das preocupações desta autora foi a de investigar o processo de sua formação, de modo a buscar uma origem para os mesmos. No que diz respeito a este aspecto, afirma que:

(...) o surgimento e a consolidação do sistema faxinal estão intimamente ligados à economia ervateira, a qual foi o principal responsável em conferir ao sistema o caráter coletivo, consubstanciada sob a forma de criadouro comum (CHANG, 1988).

A autora pauta suas análises nos chamados ciclos econômicos que marcaram a história paranaense, relacionando-os as fases de formação, consolidação e desagregação dos faxinais. Para Souza (2009, p. 43) o trabalho de Chang possui uma abordagem teórica muito semelhante à utilizada por Carvalho, pois ela pauta:

(...) sua discussão sobre os faxinais numa perspectiva histórica em conformidade com as etapas de um desenvolvimento linear, evolutivo e

continuo, onde tal modalidade tradicional de “uso coletivo da terra” constituiu-se e desagrega-se gradativamente, sempre tendendo a fragmentar-se, de modo descensional. Porquanto, seu esquema analítico abrange as transformações na economia paranaense buscando sua “origem”, assim como, as razões de seu “término”, correlacionando às fases deste sistema – gênese, consolidação e desagregação – aos ciclos econômicos predominantes no Paraná. (...). Por outro lado, o sentido invariável dado especialmente ao processo de “desagregação” é usado pela autora para explicar a dinâmica do “desmantelamento” do “sistema faxinal”, consoante as distintas fases do desenvolvimento da agricultura no Estado.

Ao pesquisar os faxinais, Chang (1988, p. 109, grifo nosso) aponta para um processo de desagregação dos mesmos afirmando que, “**finalmente** (...) dentro de 10 a 12 anos, o sistema faxinal não mais fará parte do setor produtivo rural do Paraná, e sim será lembrado, talvez, como parte da história da agricultura deste Estado.”

A extinção prevista por Chang seria conseqüência do avanço tecnológico da agricultura moderna bem como da crescente apropriação individual dos recursos legitimada através do poder público. Contudo, levando em conta esses números e pesquisas que viemos desenvolvendo em diversos faxinais de Rio Azul, Irati, Rebouças e Prudentópolis, podemos dizer que esse processo não ocorre dessa forma e que também não ocorre em todos os faxinais da mesma maneira.

Vários casos (Porto Soares, Rio Azul dos Soares, Invernada, Rio Azul de Cima, São João da Palmeirinha, Faxinal São Pedro, Faxinal dos Paula, Cachoeira dos Paulistas e Braço do Potinga) evidenciam isso. Além do mais, mostram que nem todo o contato com outra forma de agricultura implica a extinção dos faxinais, haja vista que no faxinal Rio Azul de Cima, por exemplo, desde 1979 cinco famílias optaram por manter o criador comum e as áreas de plantar “nos moldes de antigamente”, conforme expressão utilizada por Lídia Duda, em conversa com os autores em 17/05/2014. E aqui percebemos os embates no campo simbólico do território faxinalense.

Os enunciados dos faxinalenses apontam para a fumicultura como fator de desestruturação da cultura, influenciando o sagrado e as relações comunitárias, tais como os mutirões. Mas tal aspecto pode não ser suficiente para levar ao fim do criador comum. Assim, havemos que considerar outras questões. Os mesmos residentes relatam que no faxinal São Pedro, por exemplo, soma-se à fumicultura o fato de que, em 1975, houve a compra de uma extensa “terrania”⁶ situada no interior do criadouro comum. O comprador, João Kava, começou os trabalhos de “piqueteamento”⁷ das terras. Terras que

⁶ Expressão utilizada em alguns faxinais para se referir a uma grande quantidade terras nas quais se planta soja com a utilização de maquinários agrícolas.

⁷ Informações fornecidas por Rosenaldo de Carvalho aos autores em 04/07/2015.

passam a ser plantadas “na técnica”, diminuindo a área do criadouro comum que foi desativado no início da década de 1980. De modo semelhante, no faxinal da Invernada, em 1981, a madeireira Essel comprou uma “terranha” interior ao criadouro comum. Esta foi cercada com quatro fios de arame farpado e iniciou-se o desmatamento, que foi seguido de reflorestamento da área com o plantio de mudas de pinus. A madeireira contratava faxinalenses para os serviços de piqueteamento, de limpeza da área e de plantio, levando muitos deles a defender a extinção do faxinal. O criadouro comum passava a simbolizar a estagnação, a falta de recursos e a inexistência de empregos.

No faxinal São João da Palmeirinha o desmonte iniciou no final dos anos 1970, quando uma família de migrantes catarinenses comprou certa área de terra para plantar soja, com a utilização de máquinas agrícolas ‘modernas’.⁸ Poderíamos chamar de modernas a maquinaria planejada para o aumento da produtividade, mas o que dizer dos tratores que agregaram sofisticados sistema de som às suas cabines. O criadouro comum passava a ser considerado como sinônimo de atraso, estagnação no tempo, trabalho pesado e exaustivo, improdutividade, falta de técnica, mundo estagnado.

3 A FUMICULTURA NO FAXINAL SÃO JOÃO DA PALMEIRINHA

Jaciel Martins e Acibaldo Martins⁹ dizem que os primeiros agricultores a plantar fumo em Rio Azul, no Faxinal São João da Palmeirinha foram Gabriel Rymiscza, José Kruk, Bepe Zem, José Dusanoski, Antonio Dusanoski e João Eretki. Era o ano de 1985. De acordo com Jaciel, seu sogro, chamado

Gabriel Rymiscza fez o primeiro contrato com a Souza Cruz. Eles passaram aqui. Com certeza vieram de trem. Nem sei como eles chegaram. Acharam o sogro na cidade e conversaram com ele. Daí foram na casa dele e acabaram fazendo o primeiro contrato... Daí, já entrou junto José Kruk. Tio Bepe Zem, vizinho nosso colocou estufa. José Dusanoski, Antonio Dusanoski e João Veretki. Daí, começou a fumicultura em Rio Azul.

As lembranças construídas por Jaciel e Acibaldo insinuam certo desconhecimento quanto aos interesses da empresa, propondo que plantassem tabaco. Dizem que não sabiam como e porque a Companhia tinha interesse a ponto de propor que implantassem tal lavoura, ao invés de permanecerem ou desenvolver novas tecnologias para as culturas de milho, de feijão e de arroz. Carvalho, (2015, p. 100) diz

⁸ Idem.

⁹ Entrevista cedida a Rosinaldo de Carvalho em 20 de junho de 2014.

que “... Era muito estranho, para eles, ter que plantar vinte e cinco mil pés de fumo; mas as promessas de grandes lucros os seduziram”. O enunciado faz sentido, mas os motivos que levaram às mudanças de hábitos podem não ser tão simples quanto parecem.

Pressupomos existir um conjunto de fatores complexos e interligados, cooperando até resultar na situação de que aqueles (as) faxinalenses (as) fossem integrados à indústria fumageira ou, de outro modo, a fumicultura fosse incorporada ao sistema de faxinais na região em estudo. Aponta-se, por exemplo, o boom do consumo de cigarros do final do século XIX, em escala global, principalmente, nos EUA. Como dizem BOEIRA e GUIVANT, (2003, p.46)

A indústria de cigarros afirma-se a partir do final do século 19, sendo o setor dominado desde esse período pelas multinacionais estadunidenses e britânicas. Entre 1904 e 1947, as indústrias de tabaco dos EUA crescem tão ou mais rapidamente que as de carros, lançando marcas populares de cigarros. O consumo interno cresce tanto que nenhuma firma se interessa por exportações. No Brasil, o chamado ‘sistema integrado de produção de fumo’ foi criado pela British American Tobacco – BAT – controladora acionária da Souza Cruz desde 1914; em 1918, na Região Sul. A BAT se torna, ao final da Segunda Guerra Mundial, a maior fabricante de cigarros do mundo, expandindo-se principalmente na China.

Afirma-se que, “entre esses cigarros estavam os de fumos claros, produzidos em grande escala no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina”.¹⁰ Com esse aumento do consumo e da demanda as áreas produtoras foram expandidas.

O faxinalense José Ludovich,¹¹ explicou que a região dos faxinais foi escolhida porque

(...) de ter ido para essa região se explica por ser mais perto da matriz lá no Rio Grande, uma questão de logística, e a outra era a questão agrônômica, pois os solos eram excelentes (...) bem parecidos com os do Rio Grande e Santa Catarina. (...) o perfil dos colonos era o mesmo dos do Rio Grande, e a Souza Cruz achou que dava certo.

Carvalho (2015, p. 100) também faxinalense de nascimento, bem lembra que, até os anos de 1990, fumo e policulturas de subsistência, portanto o criadouro comum, coexistiram nos faxinais. Seja como for, a distância entre estes faxinais e os pontos de comercialização dos produtos não seria menor, pelo menos comparativamente, às rotas

¹⁰ Entrevista cedida a Rosinaldo de Carvalho em 20 de junho de 2014

¹¹ Entrevista cedida a Rosinaldo de Carvalho em 26 de junho de 2014. José Ludovich era o instrutor que intermediava os pedidos de financiamentos das primeiras estufas no Faxinal São João da Palmeirinha.

de tropeiros de procos, aos transportes de erva mate e até mesmo ao comércio de madeira.

Como apontaram Campigoto, Schorner e Novac, (2012, s/p.) o faxinalense Basílio Gaiocha, que residiu no Itapará, explicou que tropeava “ Porco a 'pezito' daqui, até Guarapuava. Tudo de pancada, atrás de mim, levando um cobertorzinho nas costas, duas espigas de milho, uma merenda. Dormia onde quer, em cima da tábua; e, no outro dia, a 'pezito', vinha; e era animado.”

Pode-se dizer que os faxinalenses que se aventuraram a investir no plantio do fumo desejavam um pouco mais de tranquilidade econômica, e essa era a promessa mais tentadora feita pela indústria fumageira. Reforçamos a idéia com base no excerto da entrevista concedida por Arnaldo Rossa.¹² O ex-faxinalense, que viveu boa parte da vida em Palmeirinha, contou a seguinte história:

Olha, quando o instrutor chamou o pai pra fazer o pedido (...) porque nós não tínhamos terreno, então era plantado de meeiro. (...) Eu fui junto porque era o mais velho. O picareta¹⁰, encheu de conversa, trouxe fotos de gente, família; disse de Santa Catarina, que plantaram fumo e ficaram bem de vida. Até carro tinham. (...) Nós naquela esperança do começo. E nos primeiros anos até que melhorou bastante (...). Deu para comprar carroça, pagar os financiamentos. (...) Mas sempre continuamos plantando as lavouras para comer.

Delfino de Oliveira deu uma declaração semelhante.¹³ Começou a plantar em 1959, numa estufa tocada em porcentagem com sua vizinha Marculina.

Plantar fumo por quê? Pois não tinha mais o que fazer. Os filhos grandes queriam as coisas. Erva não dava mais nada. Coisa miúda também não. Porco? Bastante a gente não podia criar, pois não tinha terra para plantar bastante milho e fazer a engorda. Outros serviços? Não dava muita coisa. (...) Olha... Eu trabalhei na pedreira muito tempo, mas o serviço era pesado e dava pouco. (...) Daí, quando a Marculina me propôs a estufa, eu topei. Diziam que dava dinheiro... E dava mesmo (...). As coisas melhoraram e, dentro de pouco tempo, os [filhos] mais velhos se casaram e eles foram plantar fumo. No que estão até hoje.

O sistema de faxinal com criatório comum cercado passou a significar um espaço sem alternativas viáveis para a agricultura e em que as antigas opções, como o cultivo da erva mate e outras lavouras em menor escala não eram mais atrativas. A fomicultura implicou, então, a transformação da agropecuária faxinalense em símbolo de quinquilharias, pormenores, “coisa miuda”. A criação de porcos, uma marca distintivas

¹² Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 10 de julho de 2014.

¹³ Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 22 de julho de 2014.

dos criadouros comuns cercados e que motivava os faxinalenses a caminhar por mais de cinquenta quilômetros, tornou-se sinônimo de atividade impossível. O faxinal com a estufa integrada passou a adquirir o sentido de lugar de atividades rentáveis, onde se formam novas famílias, onde há espaço e chance de renda. Também esse é, mais ou menos, o conjunto de símbolos usados por Mariano Romanovich¹⁴ que mudou-se com seu irmão José para Curitiba onde foram trabalhar nas madeiras. O entrevistado diz que no faxinal

Não tinha o que fazer. O pai não quis plantar fumo. Foi cuidar do moinho. Morreu lá e nós sem terreno sem nada. Sem dinheiro para pagar uma gasosa para a moça nos chimango.¹⁵ Minha irmã já morava lá. [em Curitiba] Daí, nós fomos trabalhar para ganhar uns trocos (...). Mas não nos acostumamos. Só fiquei dois anos e voltei, casei e comecei a plantar fumo.

Por um lado, o esquema do criatório comum cercado, com as terras postas para uso comum é representado como lugar da escassez. Onde quem fica, morre sem poder adquirir propriedade alguma. Onde os jovens não conseguem arrecadar o recurso mínimo para a diversão e para constituir uma família. Por outro, a integração das estufas fumageiras nos faxinais é representada como um lugar em que há possibilidades de uma vida financeira razoável e ainda de melhor adaptação do que numa cidade como Curitiba. Esse conjunto simbólico é mobilizado por agricultores como Edgard Germano Goebel¹⁶ morador da cidade de Imbituva. Mesmo possuindo terrenos para plantar grandes lavouras segundo os padrões locais, embora sendo vendedor de porcos em quantidades consideráveis, afirmava que o fumo em pequenas quantidades gerava mais lucros do que todas estas outras atividades.

Edgard afirmou o seguinte:

Aqui começou o plantio em 1965. O pai dizia que fumo nas terras dele nunca iria ser plantado. Quando ele deixou (permitiu) eu coloquei uma estufa, para a Souza Cruz... Para 25.000 mil pés (de fumo). Um pedacinho bem pequeno nos treze alqueires do pai. Dava dez vezes mais dinheiro do que o resto das coisas que ele fazia, em muito mais terras.

¹⁴ Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 22 de julho de 2014.

¹⁵ Chimango era um momento dos bailes e fandangos que em dado momento eram as moças que convidavam os rapazes para dançar e esses, em sinal de agradecimento, pagavam uma gasosa. Essa prática era comum em dois momentos: podia ser para se arranjar os namoros e casamentos, ou quando era baile da escola podia servir para dar mais lucro ao botequim do evento, sem deixar de servir ao primeiro motivo.

¹⁶ Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 22 de junho de 2014.

Mas também havia os não proprietários de terras, aqueles que não as possuíam em quantia suficiente, a quem restava, como opção, trabalhar como meeiros. Eram os casos de Delfino de Oliveira e de Arnaldo Rossá. Eles começaram a plantar disponibilizar em 1959 e em 1963, respectivamente. Como suas posses fossem insuficientes para disponibilizar como garantia de empréstimo, a fumageira exigia que a família fosse composta por, pelo menos, seis membros adultos a condição para ser aceito como proponente de um pedido¹⁷ importando o plantio de 25.000 pés de fumo. O financiamento era feito para três anos e o dinheiro deveria ser aplicado, exclusivamente, na compra de materiais de construção (estufa e galpão) e do encanamento necessário para o funcionamento da estufa. A madeira a ser utilizada era de responsabilidade do plantador, considerada como contrapartida. Quem não era proprietário precisava negociar com um fornecedor. Jaciel e Acibaldo Martins relataram a seguinte história:

O tio Bepe fez o pedido. Depois veio o pedreiro e acharam o lugar; e depois que chegou os materiais. O pedreiro fez até a uma altura... daí desistiu. E é incrível... Eu tinha dois três anos e me lembro do tio Bepe terminando aquela estufa. Era uma novidade tão grande (...). Nós íamos lá ajudar e querendo plantar (...) mas a avó e o pai resistiram o quanto puderam (...).

A novidade era a passagem de um modo de organização a outro; do sistema de faxinal com criadouro cercado ao de propriedade integrada no complexo agroindustrial.

Os entrevistados narraram que, no início, as dificuldades eram grandes, principalmente, os problemas relativos à utilização dos defensivos agrícolas, dos agrotóxicos e dos fertilizantes, elementos até então estranhos e tema sensível no universo de um espaço coletivo como o faxinal com criadouro comum cercado: o faxinalense que decide plantar fumo aceita, tacitamente, a técnica do uso de agrotóxicos, mas os outros membros do faxinal podem ser hostis a tal procedimento. E assim, surgia um clima de acusações. Edgard Germano Goebel¹⁸ narra uma história de morte de faxinalense por envenenamento. Disse que

(...) Veneno e adubo ninguém conhecia e sabia trabalhar. Tinha um veneno que passava nas carreiras antes de plantar. O tal de *Furadã*. Era para os bichos. Era terrível. Como plantava com a mão, ele estava plantando. Às três horas, parou. Fez um palheiro¹⁹ e fumou. Bem sossegado; mas não lavou as mãos... De noite, estava morto.

¹⁷ Proposta de plantio com empréstimo de dinheiro para compra de material necessário para implantação da estufa.

¹⁸ Entrevista cedida a Rosinaldo de Carvalho em 22 de junho de 2014.

¹⁹ Cigarro feito de palha de milho e fumo de corda.

Também se narram histórias de morte de faxinlaenses relacionadas a um pó utilizado para controlar os pulgões. Jaciel Martins²⁰ disse o seguinte:

(...) Tinha uns venenos. O mais forte era posto nos canteiro: o brometo. Se houvesse furo na lona e alguém cheirasse aquilo, estava morto. Depois tinha o furadã, para lagarta. Depois o pó para as pulgas. Depois, mas isso bem depois, tinha o tal do 7,5. O nome certo eu não sei. Era em embalagem de vidro. Nós conhecíamos pelo nome de mata sete. Mas era só também. Para broto²¹ não tinha veneno. Nem para o Amarelinho, nem para o Virgínia.²²

O mata sete é um símbolo recursivo na constituição do território simbólico do faxinal com criatório comum cercado. Significa fanfarrão, mata-moiros, ferrabras. Assim, o defensivo agrícola usado para o plantio de fumo passa a ser considerado, segundo Jaciel Martins, como gabolice, coisa de gente que gosta de falar de seus próprios feitos e qualidades. Discurso vazio. Os enuciados do mata-sete vinculam-se ao enfrentamento dos faxinalenses à integração da agricultura.

Seria fanfarronice, pois nos primeiros anos em que foi desenvolvida localmente a nova cultura parecia não interferir, por exemplo, na prática de ajuda mútua dos faxinais, o puxirão – ou mutirão. Mas, não foi o que disse Delfonso de Oliveira a respeito a organização dos mutirões:

Não que não pudesse; mas fumo não era que nem milho, arroz, que espera. Tinha que colher no dia. Se atrasar dá prejuízo. Então era meio que cada um por si. Não dava para se ajudar, pois todo mundo colhia junto. Então, quando um terminava, todos terminavam.

Para Delfonso o cultivo de fumo impossibilitou a prática do puxirão. Para Rosenaldo (2015) o cultivo do fumo não o permitia em nenhuma de suas fases, desde os canteiros até o fim da classificação, pois sobrava apenas três meses para a realização de atividades em grupo. De qualquer modo, a entreaajuda poderia realizar-se em épocas que não a da colheita como o preparo das roças e assim por diante. Pode ser que tal pratica esteja mais vinculada à agricultura de subsistência e ao cultivo de alimentos e abate de animais. Diz também, com base em depoimentos de outros faxinalenses que a prática

²⁰ Entrevista cedida a Rosenaldo de Carvalho em 20 de junho de 2014.

²¹ Veneno antibrotante.

²² O amarelinho foi a primeira variedade a ser plantada; depois veio o Virgínia que se estabeleceu e é plantado até hoje.

do puxirão continuou em alguns setores em atividades como as de viação.²³ Segundo Arnaldo Rossa:

Aqui até mais ou menos 1986 tinha puxirão para fazer a viação. Depois tudo se combinaram de cada um fazer o seu (...). Depois do fumo acabou a união. O povo não vê, mas até os campos de futebol ninguém mais joga (...). Acabou a união e começou as disputas de quem tem mais e pode mais (...). A vida dos antigos ninguém quer mais (...).

O faxinal de fumicultura é representado como símbolo de desunião até em termos de religião porque as novenas diminuíram em número, principalmente aquelas que ocorriam durante a época das colheitas. Nesse período, os fomicultores estavam nas estufas cuidando do fogo, por exemplo, e não podiam ausentar-se. E não eram somente os homens que faziam tal serviço, as mulheres e crianças tinham papel ativo na lavoura fumageira.

Rosenaldo argumenta que a reza de São Sebastião, realizada dia 20 de janeiro, no auge das colheitas foi atingida em cheio, pois o horário tradicional para a reza, quinze horas, estava comprometido para a colheita. Mas a cultura faxinalense também e apresentada como realidade em transformação. Jaciel Martins explicou que vários faxinalenses continuam

(...) plantando de tudo: milho, feijão, arroz, abóbora, batata- doce, tudo, tudo (...). Se não, não dava para viver. Sem o milho ia tratar as criações com o que? Feijão e arroz eram caros para comprar. Para vender não (...). Então nós continuamos quase mais 30 anos, naquele mesmo tipo (...). Com a diferença que tinha o fumo para cuidar.

O faxinal se reinventa e se resignifica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os faxinalenses mobilizam um conjunto significativo de símbolos colocados num campo de relações de poder na construção do seu território entre as décadas de 1970 e 2010. O faxinal pode ser considerado como comunidade em vias de extinção, mas os defensores dos faxinais o ressignificam como identidade coletiva em ascensão. Devido à ação de empresários, o faxinal passou a simbolizar, para alguns faxinalenses mesmo, a estagnação, a falta de recursos e a inexistência de empregos, sinônimo de atraso, estagnação no tempo, trabalho pesado e exaustivo, improdutividade e falta de técnica.

²³Viação era a limpeza das estradas e outros locais da comunidade, como o cemitério e a escola.

Para outros, era simbolo de terras ótimas e trabalhadores com perfil para a fumicultura enquanto a agricultura praticada ao redor do criadouro comum, passou a simbolizar um mundo de quinquilharias, um território onde não há o que fazer, de escacez sem oportunidades. Por um lado, o faxinal com fumicultura era representado como símbolo de oportunidade para uma vida melhor, para a formação de novas famílias. Por outro, é simbolo de território envenenado e destruído, da morte do faxinalense e da fanfarronice das empresas fumageiras. Lugar em que a cultura e a religião é destruída e abandonada, mas que também pode sofrer modificações numa tentativa de conciliar a nova cultivar com os antigos produtos dos faxinais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

CAMPIGOTO, José Adilçon. *Representações sobre cultura na região de Irati*. Irati, mimeo, 2008.

CAMPIGOTO, Jose Adilçon; SCHORNER, Ancelmo; NOVAK, Joceli. Festas e ritos, memória e diversidade cultural. In.: Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies. 2012. Disponível em

<<http://www.thefreelibrary.com/Festas+e+ritos,+memoria+e+diversidade+cultural.-a032365850>> Acesso em 29/09/2015.

CARVALHO, Horácio. M. de. *Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra*. Curitiba: 1984.

CARVALHO, Rosenaldo. *O desejo, o poder, a sedução: a introdução da fumicultura nos faxinais de Rio Azul, Rebouças e Imbituva - 1950-1970*. 2015. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste.

CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal - uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: Fundação Instituto Agrônomo do Paraná/Boletim Técnico 22 do IAPAR, março de 1988 [1985].

DEUS, Cleber Candido de. *A aplicação das alternativas penais aos usuários ou dependentes de drogas: repercussões quanto ao acesso à justiça*. Dissertação de mestrado – Serviço Social- PUC Porto Alegre 2013.

LITTLE, Paul. Elliot. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia n. 174. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política*. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MARQUES, Cláudio. *Levantamento preliminar sobre o sistema Faxinal no Estado do Paraná*. Relatório Técnico do Instituto Ambiental do Paraná. Guarapuava, 2004.

MEIRA, Antonio Michel Kuller, VANDRENSSEN, José Carlos e SOUZA, Roberto Martins de. *Mapeamento situacional dos Faxinais no Paraná*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). *Terras de Faxinais*. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Maná, 4(1):47-77, 1998.

SOUZA, Roberto Martins de. *Mapeamento social dos Faxinais no Paraná*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e SOUZA, Roberto Martins de. (Orgs.). Terras de Faxinais. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. *A 'rua' e o 'nosso lugar: processos de reterritorialização no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta*. In: ZHOURI, Andréa. As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamentos ambientais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011